



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011994-37.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro**
 Requerente: **Fernanda Andrade Pinheiro Rodrigues**
 Requerido: **BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter constituído uma empresa com seu pai, Samuel Pinheiro Filho, a qual firmou contrato de seguro de vida com a ré para os sócios e seus funcionários.

Alegou ainda que seu genitor veio a falecer, mas a ré efetuou o pagamento de 25% da indenização correspondente, quando na verdade deveria receber 50% da mesma.

Almeja à sua condenação a tanto.

Já a ré em contestação confirmou o relato da autora, lastreando sua conduta no art. 1.829, inc. I, do Código Civil, seja porque o genitor da autora não indicou beneficiário ao seguro, seja porque ele era à data do óbito casado com Noêmia Fernandes Pinheiro no regime de comunhão parcial de bens e deixou bens a inventariar.

Pelo que se extrai dos autos, é incontroversa a celebração do contrato de seguro de vida indicado na petição inicial, a exemplo do falecimento do genitor da autora, um dos sócios da empresa contratante.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

É incontroversa também a falta de indicação de quem seria o beneficiário na hipótese do falecimento do genitor da autora e nesse contexto tem incidência a regra do art. 792 do Código Civil, verbis:

"Art. 792. Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que foi feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem de vocação hereditária".

Por outro lado, a ré invocou o disposto na parte final do art. 1.829, inc. I, do mesmo diploma legal para efetuar à autora o pagamento de 25% do capital segurado.

Tal preceito dá conta de que:

*"Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:
 I – aos descendentes em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salso se casado este com o falecido no regime da comunhão universal ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime de comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares".*

Assentadas essas premissas, reputo que assiste razão à autora.

Isso porque ficou demonstrado nos autos que foi resguardado a Noêmia Fernandes Pinheiro 75% do capital segurado (fl. 74), o que permite concluir que 50% da indenização derivaram da condição de meeira e 25% da outra metade do capital, concorrendo ela com a autora.

Essa situação não se justifica, com bem ilustrado na nota 4 ao art. 1.829 do "Código Civil e Legislação em Vigor" (**THEOTONIO NEGRÃO, JOSÉ ROBERTO F. GOUVÊA e LUIS GUILHERME A. BONDIOLI**, com a colaboração de **JOÃO FRANCISCO NAVES DA FONSECA – Ed. Saraiva, 30ª edição**):

"No regime de comunhão parcial, o cônjuge só concorrerá com os descendentes se houver bens particulares, e somente quanto a esses bens, pois quanto aos bens comuns ele já teve sua participação garantida por meio da meação. Do contrário, teriam os descendentes uma enorme desvantagem: o cônjuge receberia metade dos bens comuns na condição de cônjuge-meeiro e mais outra parte desses bens como herdeiro, restando aos descendentes uma porção muito pequena. Ademais, se o legislador proibiu que o cônjuge concorresse em relação aos bens na ausência de bens particulares, por que ele permitiria a concorrência quanto àqueles mesmos bens na presença de bens particulares?"



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Esse é precisamente o quadro aqui delineado.

Bem por isso, já tendo sido reservado à cõnjuge do genitor da autora a metade da indenização relativa ao seguro por sua morte, na condição de meeira, não poderá concorrer com esta enquanto herdeira.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 12.868,25, acrescida de correção monetária, a partir de fevereiro de 2014 (época do falecimento do genitor da autora), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 16 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**